

# Resgatando Histórias e Identidades: A Renomeação como Ato de Resistência

*Rescuing Histories and Identities: Renaming as an Act of Resistance*

Marcos Galdino<sup>1</sup>

1. Pesquisador de Pós-Doutorado em Teologia (FIURJ). Doutor em Sociedade Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). Docente do Colegiado de Pedagogia do Centro Universitário Descomplica UniAmérica. <https://orcid.org/0000-0001-5756-0656>  
[marcos.galdino@descomplica.com.br](mailto:marcos.galdino@descomplica.com.br)

## Palavras-chave

Ditadura civil-militar  
Identidade social  
Movimento estudantil  
Ocupações escolares

## Keywords

Civil-military dictatorship  
Social identity  
Student movement  
School occupations

## Resumo:

Este artigo analisa o movimento de ocupação das escolas públicas paranaenses em Foz do Iguaçu, destacando a mudança de nome do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco para Colégio Estadual Clarice Lispector como um ato simbólico que evidencia a disputa de memórias e a construção identitária do movimento estudantil. A substituição do nome da escola, que homenageava um ex-presidente brasileiro ligado à Ditadura Civil-Militar, por uma renomada escritora brasileira, reflete a resistência dos estudantes em relação ao passado autoritário e a busca por novos valores e ideologias. A análise baseia-se em conceitos sociológicos e históricos, destacando a importância das memórias individuais e coletivas na formação de identidades grupais. Através da reconstrução das memórias dos estudantes e da análise de seus discursos e ações durante as ocupações, este estudo contribui para compreender a dinâmica do movimento estudantil e suas implicações sociopolíticas.

## Abstract:

This article analyzes the movement of occupation of public schools in Paraná, Brazil, focusing on the renaming of the State School Presidente Castelo Branco to State School Clarice Lispector as a symbolic act that reflects the dispute over memories and the construction of the student movement's identity. The replacement of the school's name, which honored a former Brazilian president associated with the Civil-Military Dictatorship, with that of a renowned Brazilian writer, reflects the students' resistance to the authoritarian past and their search for new values and ideologies. The analysis is based on sociological and historical concepts, highlighting the importance of individual and collective memories in shaping group identities. Through the reconstruction of students' memories and the analysis of their discourses and actions during the occupations, this study contributes to understanding the dynamics of the student movement and its sociopolitical implications.

Artigo recebido em: 24.08.2023.

Aprovado para publicação em: 07.03.2024.

## INTRODUÇÃO

O movimento de ocupação das escolas públicas paranaenses em Foz do Iguaçu emerge como um fenômeno marcante, revelando não apenas a contestação das políticas educacionais, mas também a profunda busca por uma nova identidade coletiva. Este artigo se propõe a analisar especificamente a mudança de nome do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco para Colégio Estadual Clarice Lispector como um ato simbólico que ilustra a dinâmica da resistência estudantil e a construção de novas narrativas identitárias.

Após estabelecer o objetivo da pesquisa, os dados foram coletados através de uma abordagem quanti-qualitativa, combinando métodos qualitativos e quantitativos (MINAYO, 2001). Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para embasar teoricamente o estudo e identificar lacunas na literatura existente. Em seguida, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com participantes-chave, como estudantes envolvidos nas ocupações escolares, educadores e membros da comunidade escolar em Foz do Iguaçu. Paralelamente, foram analisados documentos oficiais, relatórios de mídia e material audiovisual relacionado ao movimento de ocupação das escolas paranaenses.

A organização do trabalho seguiu uma estrutura lógica, dividida em seções que abordam desde o contexto histórico das ocupações escolares até a análise dos discursos e ações dos estudantes. As informações coletadas foram sistematizadas e interpretadas à luz do referencial teórico escolhido, proporcionando uma análise abrangente e contextualizada do papel da memória coletiva na construção da identidade do movimento estudantil durante as ocupações escolares. Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão mais profunda e multifacetada do fenômeno em questão, contribuindo para uma reflexão significativa sobre os impactos sociais e políticos das ocupações escolares.

A substituição do nome da escola, outrora uma homenagem a um ex-presidente brasileiro associado à Ditadura Civil-Militar, por uma renomada escritora brasileira, representa um movimento audacioso e carregado de significado. É mais do que uma simples troca de placas; é uma declaração pública de rejeição ao passado autoritário e uma afirmação de valores e ideologias alternativas. Neste contexto, a renomeação da escola emerge como um ato simbólico de resistência, encapsulando a luta dos estudantes por uma educação livre de amarras históricas opressivas.

A análise proposta neste estudo é fundamentada em conceitos sociológicos e históricos, com ênfase na importância das memórias individuais e coletivas na formação das identidades grupais. Por meio da reconstituição das memórias dos estudantes e da análise de seus discursos e ações durante as ocupações, buscamos compreender a dinâmica complexa do movimento estudantil e suas implicações sociopolíticas profundas.

Ao destacar a renomeação como uma forma de resistência, este estudo não apenas lança luz sobre o contexto específico das ocupações escolares em Foz do Iguaçu, mas também contribui para uma compreensão mais ampla dos movimentos sociais contemporâneos e sua capacidade de remodelar as estruturas de poder e identidade. Este trabalho visa enriquecer o diálogo acadêmico sobre temas como memória, identidade e resistência, oferecendo insights valiosos para estudiosos das ciências sociais e educacionais.

O movimento de ocupação das escolas paranaenses, ocorrido no ano 2016, foi uma fração de um movimento ainda maior, de ocupação das escolas brasileiras, iniciada com a decisão do poder executivo por meio de Medida Provisória em 22 de setembro do mesmo ano, com a apresentação da MP 746/2016<sup>1</sup>. Ainda que este trabalho não tenha como objeto o questionamento dos aspectos jurídicos que envolvem a utilização da Medida Provisória como instrumento adequado para a implantação de uma política pública em quaisquer que sejam as áreas, vale salientar que, historicamente, a partir da abertura democrática e posterior promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, a implementação de políticas públicas no campo educacional sempre se deram a partir de amplo debate com a sociedade civil, seguido de debates políticos e jurídicos nas instâncias colegiadas ligadas aos poderes da república.

O caráter unipessoal de uma reforma educacional realizada através de uma Medida Provisória, instrumento utilizado pelo Presidente da República sem a necessidade da participação do poder legislativo, foi interpretada por parte significativa dos estudantes como uma imposição, ou mesmo um ato de autoritarismo, que de certa forma, remete às memórias dos tempos mais sombrios de ausência de liberdade de expressão, de

reunião e de associação, características notáveis do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciada com um Golpe Militar que depôs o Presidente João Goulart em 1964 e com término em 1985, após a posse de José Sarney, encerrando o ciclo de governos autoritários.

Este trabalho buscará, nas próximas linhas, apontar de que forma as representações do passado, principalmente aquelas que produzem memórias relacionadas aos tempos de opressão do Estado Brasileiro aos Movimentos Sociais – em específico, a Ditadura Civil-Militar – são resgatadas pelo Movimento Estudantil, promovendo uma clara disputa entre memórias, que conforme aponta Pollak (1989, p. 4) cooperam, inclusive, para uma reescrita da História.

## MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE: O PAPEL NA MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS NO PARANÁ

Todo Movimento Social, seja de caráter identitário<sup>2</sup> ou não, possuem um conjunto de características que compõem sua identidade, construídas social e historicamente, sendo definidas tanto a partir da diferenciação (Hall, 2014), da etnicidade (Barth, 2000) como do pertencimento (Bauman, 2005). Assim, o fenômeno da construção das identidades deve ser compreendido como resultante da própria dinâmica social, que aproxima indivíduos imbuídos de desejos, ambições ou sentimentos comuns, na mesma medida em que ao se opor a grupos de características distintas, acaba por promover uma maior coesão em seu interior.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (HALL, 2014, p. 109)

Ou seja, esse fenômeno não é *mágico*, ou tampouco mecânico. São os discursos produzidos em seu interior que concebem às identidades a tessitura necessária à sua manutenção e reprodução, associadas a estratégias e táticas (Certeau, 1994) que passam a definir as ações daquela comunidade. No caso em debate, do Movimento de Ocupação das Escolas Públicas Paranaenses, elencamos outro elemento aqui considerado como fundamental: a memória coletiva, que conforme apontam os estudos e pesquisas de Maurice Halbwachs (2013) atua como fator preponderante na construção da identidade cultural de um grupo.

A categoria *memória coletiva*, conforme postulada por Halbwachs, transpõe a concepção de *recordação* como fenômeno individual, meramente subjetivo, passando a localizá-la a partir dos contextos sociais e culturais que atuam como fundamento para a construção da memória. Logo, as memórias de um determinado indivíduo jamais estarão dissociadas das memórias de determinado grupo social. Halbwachs (2013, p. 33) ainda ressalta o papel do que ele classifica como *comunidade afetiva*, na qual os indivíduos partilham de experiências e trajetórias comuns, o que facilitaria, de certo modo, a apreensão e reprodução das memórias, dando a ela maior fiabilidade.

O movimento de ocupação das escolas públicas paranaenses, ocorrido em 2016, se instituiu, sobre um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais, que apesar de não terem lugar nesse texto, sabidamente foram determinantes para o desencadeamento dos eventos que levaram os estudantes secundaristas a uma reação coletiva. Mobilizados, passam ocupar os estabelecimentos de ensino do qual fazem parte, impedindo a realização das atividades escolares de caráter formal, transformando-os em espaços de luta, protestos e reivindicações. Mais do que isso, o espaço escolar, agora ressignificado, torna-se um local de compartilhamento

de crenças, valores e ideologias, uma verdadeira *comunidade afetiva*, que se estabelece em torno de memórias coletivas que lhes são comuns.

A obra intitulada “#ocupaPR 2016: memórias de jovens estudantes” (2016), de organização de Maria Auxiliadora Schmidt, Thiago Divardim e Adriane Sobanski, traz em seu escopo relatos dos jovens estudantes secundaristas que participaram do movimento de ocupação das escolas paranaenses, sendo instrumento revelador de indícios temporais dos principais acontecimentos, permitindo análises significativas acerca do papel da memória coletiva na construção da identidade do grupo em estudo. Conquanto que o espaço não seja suficiente para análises demasiadas, dois trechos cuidadosamente selecionados nos permitem fundamentar os argumentos expostos até aqui:

Nós somos filhos da democracia, nascemos em uma época livre, crescemos acompanhando a prosperidade do Brasil e estudando abertamente na escola os mais variados temas; entre eles, os tempos obscuros da história do país – que outrora pareciam tão distantes. Como é que deixaram acontecer o golpe militar? Como é que baniram filosofia das escolas? Como é que não entendiam a intenção dessas notícias e o interesse por trás das propagandas? (FALKIEWICZ, 2016, p. 47).

A partir do excerto supracitado, trecho do relato da estudante Ana Maria Heeren Falkiewicz, à época com 17 anos de idade e estudante secundarista do Instituto Federal do Paraná (IFPR), é possível perceber alguns elementos relevantes acerca da presença da memória coletiva, revelados pelo discurso enunciado.

Salientar o fato de sermos “filhos da democracia”, seguida da interrogação “como é que deixaram acontecer o golpe militar?”, para introduzir uma nova pergunta “como é que baniram filosofia das escolas?”, é uma clara referência a um dos fatores elencados como motivadores da mobilização estudantil: a possível desobrigação da oferta da disciplina de Filosofia no Currículo do Ensino Médio, uma vez que a Medida Provisória nº 746, em seu inciso IV, ao tratar das *Ciências Humanas*, de forma genérica, não deixando claro, quais seriam as disciplinas que fariam parte de sua composição, nem mesmo de que forma estariam distribuídas dentro dos três anos de Ensino Médio, etapa final da Educação Básica.

Neste discurso analisado, as ações do governo brasileiro adquirem uma aparência de veracidade, especialmente quando consideramos as medidas tomadas pela lei 5.692/71, durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, que excluiu disciplinas como Filosofia, Psicologia e Sociologia do currículo escolar. Essa decisão histórica lança luz sobre a importância da memória coletiva, que se torna um elemento central no discurso, mesmo que a estudante em questão não tenha vivenciado diretamente esse período. A perspectiva de Halbwachs ressalta a influência dessas memórias compartilhadas na coesão e na identidade do grupo ao qual a estudante pertence.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Halbwachs compreende que, para se tornarem memórias coletivas, na real acepção do termo, as lembranças devem ser comuns a todos os membros do grupo social. Isso não exclui, de maneira alguma, a possibilidade de o indivíduo manifestar suas próprias impressões a partir das lembranças rememoradas. Esta é a chamada memória individual, que se assenta tanto sobre a memória interna (autobiográfica) quanto sobre a

memória social (histórica), de modo que a reconstrução do passado se dá com “a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (ibid. p. 91).

Em vista disso, as lembranças rememoradas pela estudante Falkiewicz (2016), por mais que não tenham sido exclusivamente suas, são classificadas como memórias individuais, na medida em que suas perspectivas singulares, interagem com as memórias coletivas, estabelecendo pontos de contato.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2013, p. 39).

A *base comum*, citada por Halbwachs (2013), nesse caso, são as memórias históricas do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, que associadas à experiência pessoal da estudante como participante da Ocupação Escolar, produzem memórias individuais, que a conectam diretamente ao grupo social, que tem papel preponderante na atualização das memórias individuais, por intervenção dos demais membros.

Em um trecho sequencial do mesmo relato, a estudante Falkiewicz deixa ainda mais evidente o quanto as memórias coletivas, relativas ao período da Ditadura Civil-Militar, estão presentes em suas percepções acerca dos acontecimentos presentes:

Vimos o orquestramento de um golpe: os representantes da nação rasgaram a Constituição e metade do país aplaudiu. Vemos, agora, um governo ilegítimo no poder impondo medidas reformistas pra converter nossa educação em instrumento econômico e colocar saúde, educação e segurança na geladeira por duas décadas. Ninguém perguntou o que queríamos. Os estudantes, com o restante do povo, foram ignorados. Explodiu, então, a Primavera Secundarista (FALKIEWICZ, 2016, p. 47-48).

Em síntese, é possível inferir que as memórias dolorosas associadas ao período do Regime Militar, amplamente documentadas em diversas fontes, foram parcialmente revividas durante a implementação de uma Medida Provisória pelo poder executivo, liderado pelo então Presidente da República, Michel Temer.

Além disso, a ascensão de Temer ao cargo presidencial suscitou questionamentos, especialmente devido à percepção de muitos de que o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff foi resultado de uma conspiração ou golpe de Estado. Este contexto ilustra vividamente a construção contínua do imaginário político e social, onde as memórias do período da Ditadura Civil-Militar ressurgem em meio às tensões e contradições sociais que alimentam o Movimento de Ocupação das Escolas - a Primavera Secundarista.

Este fenômeno demonstra a relevância e a resiliência das memórias coletivas na moldagem do discurso e da ação política contemporânea, reforçando a importância de um entendimento profundo e contextualizado do passado para compreender os desafios e movimentos sociais do presente.

## **RESGATANDO HISTÓRIAS E IDENTIDADES: A RENOMEAÇÃO COMO ATO DE RESISTÊNCIA**

No panorama sociopolítico contemporâneo, a linguagem desempenha um papel fundamental na construção e perpetuação de estruturas de poder e dominação. Em meio a um contexto onde o controle da narrativa muitas vezes reflete relações de poder assimétricas, o ato de renomear emerge como uma estratégia poderosa

de resistência. Esta prática transcende fronteiras linguísticas, culturais e sociais, permitindo que grupos marginalizados e oprimidos reivindiquem sua voz e identidade.

O Movimento de Ocupação das Escolas Paranaenses, parte significativa do Movimento de Ocupação das Escolas Brasileiras, teve grande impacto em Foz do Iguaçu a partir de 14 de outubro de 2016, com seis escolas ocupadas simultaneamente, chegando a 23 ocupações em seu ápice. Entre elas, destacou-se uma escola em particular, o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, fundado em 1973 durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira. Seu nome, uma homenagem ao militar e político Humberto de Alencar Castelo Branco, figura associada ao regime autoritário, foi objeto de contestação por parte dos estudantes. Em um gesto simbólico, os estudantes rebatizaram a instituição como Colégio Estadual Clarice Lispector, homenageando a renomada escritora brasileira conhecida por seu engajamento político e literário.

Em uma das escolas do Paraná – Estado com maior número (850) de ocupações – no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, em Foz do Iguaçu, os estudantes rebatizaram a instituição, que trazia o nome do militar e político Humberto de Alencar Castelo Branco. A homenagem/proteto, em cartaz escrito à mão, traz o nome da escritora Clarice Lispector (1920-1977), considerada uma das mais importantes autoras do século 20 (PARANÁ PORTAL, 23 de outubro de 2016).

Essa renomeação não foi apenas um ato simbólico isolado, mas sim um reflexo da disputa de memórias e da construção identitária do movimento estudantil. Representou uma resistência direta ao passado autoritário, buscando não apenas desafiar as normas estabelecidas, mas também subverter os discursos hegemônicos que perpetuavam uma narrativa opressiva. Nesse sentido, a renomeação do Colégio Presidente Castelo Branco para Clarice Lispector evidenciou a luta dos estudantes por uma educação livre de amarras históricas e por novos valores e ideologias.

O Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, localizado na região central de Foz do Iguaçu, foi fundada em 1973<sup>3</sup>, durante o auge da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Seu nome faz referência à Humberto de Alencar Castelo Branco, militar e político brasileiro, 26º Presidente do Brasil e primeiro do período da Ditadura Civil-Militar, sendo inclusive, apontado pela historiografia nacional, como um dos articuladores do golpe militar, ocorrido em 31 de março de 1964. A homenagem à Castelo Branco, entretanto, foi substituída por uma homenagem à escritora Clarice Lispector (1920-1977), uma das mais renomadas escritoras da literatura brasileira, com participação ativa na *Passeata dos 100 mil*, em junho de 1968<sup>4</sup>.

Essa dinâmica de renomeação como forma de resistência encontra respaldo em conceitos sociológicos e históricos, destacando a importância das memórias individuais e coletivas na formação de identidades grupais. A reconstituição das memórias dos estudantes e a análise de seus discursos e ações durante as ocupações revelam a profundidade dessa resistência e suas implicações sociopolíticas.

Ao considerar a renomeação como um ato de resistência, este estudo contribui para um entendimento mais amplo do poder transformador da linguagem e da renomeação na luta por justiça social, emancipação e mudança transformadora. Ao reconhecer e valorizar o papel da renomeação na construção de um mundo mais inclusivo, justo e igualitário, abrem-se novos caminhos para a transformação social e a promoção de uma verdadeira democracia.

Assim, a renomeação do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco para Colégio Estadual Clarice Lispector não é apenas uma mudança de nome, mas sim um ato de resistência que ecoa além das paredes da escola, desafiando as estruturas de poder estabelecidas e promovendo uma reconstrução de significados e identidades.

Ou seja, uma vez que, conforme demonstrado até aqui, as memórias coletivas referentes ao período da Ditadura Civil-Militar brasileira permeava os imaginários dos jovens ocupantes, tendo papel preponderante na construção da identidade do próprio movimento, superar a memória de um *Ditador* passa a ser extremamente significativo para a consolidação do Movimento Social em questão, assim como para a afirmação da hegemonia do grupo que, neste momento, reivindica este espaço como *seu*. Michael Pollak (1989), ao tratar da temática, ao exemplificar as tentativas de “destalinização” da antiga União Soviética, em seu texto “*Memória, esquecimento, silêncio*”, aponta que:

Este exemplo mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto)crítica do passado. Ele remete igualmente aos riscos inerentes a essa revisão, na medida em que os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior (POLLAK, 1989, p. 5).

Assim como no caso exemplificado por Pollak, a busca dos estudantes secundaristas em *apagar* as memórias relativas ao período de autoritarismo da Ditadura Civil-Militar, se tratava de uma visão crítica em relação aos valores defendidos no passado, tanto como uma imposição de novos valores, subscritos por meio de uma nova ideologia, subsidiados pelas memórias coletivas que lhe ofertaram o cimento para a construção da identidade do grupo social ao qual pertenciam.

Este exemplo também denota, mesmo que indiretamente, que os traumas e lembranças negativas de cada período histórico, ao pairar sobre a nuvem da memória coletiva, em algum momento, tendem a se apresentar. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Op.cit.). Sobre estes discursos, novos discursos são construídos, dando solidez à formação de novas identidades, o que expressa, segundo o autor, a “vivacidade das lembranças individuais e de grupos”, que ao disputarem sobre a relevância e veracidade das memórias, tratam de contribuir significativamente com a construção da identidade dos grupos que se posicionam em campos opostos nesta disputa.

A mudança de nome do Colégio Presidente Castelo Branco para Clarice Lispector transcende a esfera do simbolismo superficial, revelando uma disputa profunda e significativa em torno das memórias coletivas e das representações do passado. Essa renomeação não apenas desafia uma homenagem anteriormente estabelecida, mas também questiona os próprios fundamentos sobre os quais essa homenagem foi baseada.

Ao substituir uma figura associada ao autoritarismo por uma figura literária reconhecida por seu engajamento político e cultural, os estudantes não apenas reescrevem a narrativa da escola, mas também reafirmam sua identidade coletiva e seu compromisso com valores de justiça, igualdade e liberdade. Neste sentido, a mudança de nome do Colégio Presidente Castelo Branco para Clarice Lispector representa um marco não apenas na história da escola, mas também na história do movimento estudantil e na luta por uma educação verdadeiramente emancipatória e inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a “renomeação como ato de resistência”, confrontamo-nos com desafios multidisciplinares que exigiram uma abordagem cuidadosa e interdisciplinar. No entanto, os resultados deste estudo forneceram insights valiosos sobre a complexa dinâmica envolvendo a construção da identidade do movimento estudantil em um contexto de ocupações escolares.

A análise das memórias dos estudantes, aliada à investigação de seus discursos e ações práticas, revelou aspectos cruciais que moldaram a identidade desse movimento histórico. Destaca-se a importância de considerar tanto as memórias individuais quanto as memórias coletivas na compreensão da formação identitária do movimento.

A reconstrução dessas memórias permitiu identificar os elementos fundamentais que contribuíram para a consolidação da identidade coletiva dos estudantes envolvidos nas ocupações. Além disso, a análise dos discursos e ações práticas dos estudantes revelou a profundidade e a complexidade das questões em jogo, evidenciando não apenas a resistência ao passado autoritário, mas também a busca por novos valores e ideologias.

No entanto, este estudo está longe de ser conclusivo. Pelo contrário, abre novos caminhos para inúmeras discussões, análises e reflexões. Futuras pesquisas poderiam se aprofundar em aspectos específicos, como o papel das redes sociais na mobilização dos estudantes, as estratégias de resistência adotadas durante as ocupações ou o impacto das ocupações escolares na política educacional e na participação cívica dos jovens. Além disso, seria interessante explorar comparativamente outras experiências de ocupações escolares em diferentes contextos geográficos e históricos, a fim de ampliar nosso entendimento sobre os mecanismos e as implicações desse fenômeno.

No âmbito das contribuições para o debate sobre o tema, este estudo destaca a importância de reconhecer as memórias como um campo de disputa política e ideológica. Ao compreender como as representações do passado são mobilizadas na construção da identidade de movimentos sociais, podemos desenvolver uma compreensão mais profunda das dinâmicas de resistência e transformação social.

Além disso, ao destacar o papel dos estudantes na reconfiguração do espaço escolar e na afirmação de novas narrativas identitárias, este estudo ressalta a importância de incluir as vozes e perspectivas dos jovens nas discussões sobre educação e participação política. Assim, esperamos que este trabalho possa estimular novas pesquisas e contribuir para um debate mais informado e inclusivo sobre as ocupações escolares e os movimentos estudantis.

## NOTAS

1. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
2. De acordo com Gohn (2011, p. 344), os movimentos sociais de caráter identitário são aqueles que reivindicam direitos e que lutam por representatividade social, sejam elas de caráter étnico, cultural, religioso ou social.
3. Informações disponíveis na página eletrônica do estabelecimento de ensino: <<http://www.fozcastelobranco.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em 02/03/2020, às 00hs07min.
4. Informações disponíveis em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/l/lispector-clarice/>>. Acesso em 02/03/2020, às 00hs24min.

## REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comeford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. 2005. **Identidade : entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro : J. Zahar.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.



FALKIEWICZ, Ana Maria Heeren. **Ocupar! Por quê? Para que?**. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; DIVARDIM, Thiago; SOBANSKI, Adriane (Orgs.). **#OcupaPR 2016: memórias de jovens estudantes**. Curitiba: W&A Editores, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **Quem precisa da Identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), WOODWARD, Kathrin & HALL, Stuart. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out. ,1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARANÁ PORTAL, 23 de outubro de 2016. **Alunos mudam nome de escola que homenageava ditador**. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/alunos-mudam-nome-de-escola-que-homenageava-ditador/>>. Acesso realizado em 01/03/2020, às 23h56min.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, Vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3 – 15.

